



**Estratégia**  
OAB

**2º SIMULADO**

**REPESCAGEM PARA A 2ª FASE DO**

**XXXII**

**EXAME DE ORDEM**

# DIREITO CONSTITUCIONAL

## PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL

### Informações gerais

- Essa prova é focada na 2ª fase do XXXII Exame de Ordem da OAB;
- A peça prática-profissional e as questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do certame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, incluso o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Se possível realize a transcrição dos textos respostas para um outro papel, respeitando o número de linhas, assim poderá exercitar o seu tempo.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da aula em vídeo, sua peça e suas questões.
- A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO, no canal do Estratégia OAB no YouTube comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

Siga as nossas Redes Sociais

[Estratégia OAB no YouTube](#)  
[instagram.com/estrategiaoab](https://www.instagram.com/estrategiaoab)



### ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 2ª Fase do XXX Exame possam praticar. Por isso, será importante para nós que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! => O objetivo é difundi-lo ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito, não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

## PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Diego Cerqueira

João tomou conhecimento que o Estado W estava organizando um concurso público e decidiu se matricular em um curso preparatório para concorrer ao cargo. Ele possui 40 (quarenta anos) e, assim que o edital foi publicado, notou que apenas era permitido a inscrição de candidatos com idade de, no máximo, 25 (vinte e cinco) anos. Mesmo após essa informação, João decidiu apresentar requerimento ao responsável pelo concurso (Governador do Estado W). Entretanto, foi alegado por este último a presença do interesse público, justificado pela ideia de que o ingresso de pessoa mais jovem no cargo implica em maior tempo de permanência no serviço público. Isso resultaria em um menor déficit nas prestações previdenciárias, um dos problemas centrais do orçamento do Estado. Cabe destacar que não existe previsão legal para o estabelecimento de idade mínima, tendo em vista que a referida norma consta apenas no edital do concurso. Diante da situação, João impetrou Mandado de Segurança perante o Tribunal de Justiça local, órgão competente de forma originária, para conhecer e julgar a questão. A segurança foi denegada, pretendendo o impetrante interpor recurso alegando a violação aos preceitos constitucionais e os atinentes à Administração Pública. Não houve deferimento da gratuidade de Justiça. Na qualidade de advogado, elabore a peça processual cabível, contra a decisão que denegou a segurança. (Valor: 5,00) Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	

17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	

48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	

79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	

110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	

141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	



# Estratégia

## OAB



## QUESTÃO 1

O Estado K possui uma lei que disciplina matéria relativa ao horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais. A referida lei foi editada anteriormente à entrada em vigor da CRFB/88. Assim, a Administração do referido Estado passou a aplicar multa aos estabelecimentos comerciais que não observassem a lei estadual em questão. Isso resultou no ajuizamento de inúmeras ações individuais questionando a aplicação da lei. Com base no caso hipotético, responda de forma fundamentada os itens a seguir.

- a) A aplicação da lei pela administração estadual está correta?
- b) É cabível o ajuizamento de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a referida lei?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	

23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



# Estratégia

## OAB

## QUESTÃO 2

Mévia é líder de um grupo de cidadãos brasileiros que estão buscando formar um partido político de caráter regional. O objetivo é ter entre suas propostas, o desenvolvimento da educação e o fim do direito de os partidos políticos receberem recursos do fundo partidário. Dessa forma, os recursos financeiros dos próprios membros e de entidades estrangeiras educacionais é o que irão custear os partidos políticos. Tícia, brasileira naturalizada, com 26 (vinte e seis) anos de idade, deseja concorrer ao cargo de Deputada Federal. Entretanto, determinada sentença judicial transitada em julgado, cancelou sua naturalização. À luz da sistemática constitucional, responda fundamentadamente os itens a seguir.

- a) As características do partido político que Mévia lidera estão em conformidade com a Constituição Federal de 1988?
- b) É possível a eleição de Tícia a deputada federal?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



# Estratégia

## OAB

## QUESTÃO 3

A senadora Rosa foi alvo de investigação pelo Ministério Público, sendo identificada como autora de um crime de concussão no exercício do mandato praticado após sua diplomação. Houve assim o seu indiciamento, sendo Rosa chamada para prestar esclarecimentos, caso fosse de sua vontade. Buscando saber quais seriam as consequências, a senadora foi até os seus advogados para esclarecer algumas dúvidas. Diante da situação apresentada, responda de forma fundamentada os itens a seguir.

- a) É correto afirmar que o Ministério Público não pode oferecer a denúncia contra a senadora sem autorização da casa legislativa?
- b) A ação penal contra a senadora Rosa poderá ter regular prosseguimento, independentemente de ciência da Casa Legislativa respectiva?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	

22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



# Estratégia

## OAB

## QUESTÃO 4

Um deputado distrital propôs projeto de lei ordinária (PLO) para estabelecer requisitos mais simplificados para a regularização de empresas de pequeno porte constituídas sob leis brasileiras e com sede e administração no país. Um parlamentar, entendendo que o projeto de lei afronta diretamente disposição da Constituição resolve impugná-la. Nesse sentido, responda de forma fundamentada os itens a seguir.

- a) Seria cabível uma ADI contra o projeto de lei ordinária?
- b) Caso seja cabível a ADI, o parlamentar tem legitimidade para ajuizar?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	

24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Assinatura OAB: até a aprovação

<http://bit.ly/Assinatura-OAB>



**Estratégia**  
OAB